

DISCURSO, INTERDIÇÃO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO: O POLITICAMENTE CORRETO E SUAS ARTICULAÇÕES COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nara Lya Simões Caetano Cabral¹

Resumo

Este artigo apresenta e discute os fundamentos da pesquisa intitulada *Discurso, interdição e liberdade de expressão: o politicamente correto e suas articulações com a comunicação social* – trabalho em andamento desenvolvido como projeto de mestrado sob orientação da Profa.Dra. Mayra Rodrigues Gomes. A referida pesquisa investiga os valores e discursos circulantes em torno do “politicamente correto”, em suas relações com a liberdade de expressão e formas de controle da produção discursiva. A partir de matérias da *Folha de S. Paulo* (1988-2012), em uma análise arqueológica dos discursos e considerando as articulações saber/poder, pesquisamos as transformações do politicamente correto no Brasil e as regulações por ele estabelecidas.

Palavras-chave: Politicamente correto. Discurso. Interdição. Liberdade de expressão. Jornalismo.

Introdução

Este artigo pretende discutir projeto de mestrado em que se investigam os discursos, valores e verdades consensuais que se assentam em torno do “politicamente correto” no Brasil, fenômeno recente em nossa cultura (GRUDA, 2011), considerado no escopo da comunicação e das mídias. Para tal, tomamos como ponto de partida notícias veiculadas na *Folha de S. Paulo*, um dos jornais brasileiros de maior circulação, no período pós-abertura democrática do país, de 1988 a 2012.

O jornalismo apresenta-se como meio a partir do qual podemos localizar informações sobre contexto e situação real, recuperando casos polêmicos envolvendo a questão do politicamente correto no âmbito da comunicação, assim como identificar os posicionamentos assumidos por diferentes sujeitos no debate público e os discursos em circulação na sociedade a respeito da temática em foco. Trata-se de um estudo de caráter exploratório, que pretende

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). E-mail: nara.cabral@usp.br.

compreender o politicamente correto de forma ampla, a fim de lançar bases para outros estudos e pesquisas futuras.

Adotando a teoria metodológica de análise “arqueológica” do discurso (FOUCAULT, 2008a), as matérias jornalísticas constituem pontos de partida para a identificação de plataformas culturais e condições sócio-históricas que possibilitam a emergência de enunciados e concepções em torno do politicamente correto. De modo correlato, é possível também investigar como a imprensa brasileira, a partir do caso do jornal *Folha de S. Paulo*, posiciona-se frente a essas questões.

É preciso notar que o politicamente correto remete às fronteiras e à complexidade da liberdade de expressão na comunicação hoje, uma vez que propõe o emprego de linguagens e discursos mais adequados à proteção de valores e direitos, como o combate à discriminação de grupos marginalizados.

Investigar essas tensões em torno da liberdade de expressão apresenta-se como proposta adequada e pertinente na contemporaneidade porque diz respeito à discussão de um dos grandes pressupostos de ação da comunicação e do jornalismo, possibilitando também a reflexão sobre as relações entre as mídias e princípios democráticos.

Formulação do objeto de pesquisa

Por “politicamente correto”, referimo-nos, basicamente, a uma tendência que se aplica a vários campos prescrevendo formas de expressão ou conduta, com o objetivo de combater atitudes discriminatórias, sobretudo no que diz respeito às questões étnicas, de gênero e sexuais. Não obstante, o alcance do politicamente correto vai além, buscando – nas palavras de Sírio Possenti – “tornar não marcado o vocabulário (e o comportamento) relativo a qualquer grupo discriminado” (POSSENTI, 1995, p. 125).

A primeira dimensão do objeto de pesquisa que podemos ressaltar diz respeito aos valores, verdades consensuais e discursos que se vinculam à temática do politicamente correto no Brasil. Já a segunda dimensão que devemos destacar, considerando que as “verdades” fixadas por práticas discursivas instauram relações de poder (FOUCAULT, 2001, p. 14), diz respeito às regulações determinadas pelo politicamente correto em termos do que se deve ou não se pode expressar no âmbito da comunicação social.

Tal objeto de pesquisa remete a discussões sobre as fronteiras da liberdade de expressão na contemporaneidade. Mapear os discursos que compõem esse debate – inclusive a posição da própria imprensa, a partir do caso da *Folha de S. Paulo* – é de grande interesse à nossa proposta investigação.

Com base nessas considerações, apontamos três eixos de questionamentos:

(a) quais os valores, verdades consensuais e discursos assentados em nossa cultura e trazidos à tona na esfera pública sobre o politicamente correto? Ou seja, qual a origem dessa noção e como ela tem se modificado ao longo do tempo no Brasil?

(b) quais as regulações instauradas pelo politicamente correto na comunicação e nas mídias? Ou seja, em que “áreas” temáticas e discursivas os impactos do politicamente correto mais se fazem notar?

(c) e como o politicamente correto se coloca em relação à liberdade de expressão no Brasil?

Fundamentos teóricos

Esta pesquisa dialoga com diversos campos do conhecimento – como a Comunicação, os estudos discursivos e de linguagem, a História, a Sociologia, a Filosofia. Entendemos que essa abordagem interdisciplinar é enriquecedora, pois possibilita o direcionamento de um olhar mais aberto ou “extradisciplinar”, que pode levar à superação das amarras delimitadoras das disciplinas (MORIN, 2000, p. 106).

Primeiramente, faz-se necessário traçar algumas considerações sobre o período em foco na pesquisa – relativo aos anos de 1988 a 2012, tendo como marco inicial a Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988. Esse período corresponde a um momento fértil às reflexões acerca da liberdade de expressão no país.

Com a nova Constituição, que veda totalmente a censura, a imprensa e os meios de comunicação brasileiros saíram finalmente do jugo da burocracia censória estatal. Com o fim do controle direto do Estado sobre os discursos que circulam na esfera pública, a liberdade de expressão torna-se, ela própria, discutida no debate público.

Não obstante, há uma persistência de práticas autoritárias que remetem a um “mal-estar silenciado” (KEHL, 2010, p. 125), evidenciando a sobrevivência de resquícios de censura no Brasil, como “herança” indigesta dos séculos de colonização (COSTA, 2006). Na verdade, os novos mecanismos que visam, hoje, ao controle do fluxo de informações na esfera

pública originam-se de conflitos entre a liberdade de expressão e outros direitos assegurados na Constituição, reposicionando-se entre as esferas pública e privada (PAGANOTTI, 2012).

Esse quadro remete à existência de rearticulações dos saberes sobre a liberdade de expressão e reposicionamentos de seus limites no Brasil contemporâneo. É importante, pois, notar que as tensões existentes entre o politicamente correto, a liberdade de expressão e valores democráticos em nossa sociedade devem ser consideradas em face dessas novas configurações da liberdade de expressão.

Vale lembrar, aliás, a importância de se analisar a liberdade de expressão – não obstante seu caráter de ideal universal – levando em conta sempre os contextos históricos e as relações de poder em que se insere, bem como se deve considerar, nessas reflexões, a própria complexidade da Comunicação na atualidade (COSTA, 2009, p.59).

São poucos os pesquisadores brasileiros que se debruçaram sobre a temática do politicamente correto. Sírio Possenti resume as principais divergências observáveis nas discussões sobre o politicamente correto no Brasil – fenômeno, aliás, oriundo dos Estados Unidos e muito arraigado no pensamento anglo-saxônico (LEFORT, 20/03/1994).

De um lado, estão os que apostam no politicamente correto, entendido enquanto resultado da organização de minorias, como fenômeno que combate a discriminação a grupos minoritários ou tradicionalmente marginalizados, atuando sobretudo no plano da linguagem (POSSENTI, 1995, p.125).

É interessante atentar, nesse sentido, para a hipótese de que o politicamente correto se exerça na intersecção entre demandas de minorias e movimentos sociais e a preocupação, por parte de empresas de mídia e comunicação, com a adoção de políticas e linguagens “menos polêmicas” ou “mais neutras”, a fim de se protegerem contra possíveis processos judiciais. A adoção dos manuais de redação por jornais brasileiros a partir dos anos 1980, por exemplo, pode ser parte desse fenômeno. Entre demandas políticas e a preocupação comercial, é possível que o politicamente correto se respalde, no Brasil, em interesses e discursos de caráter muito diverso.

Do outro lado, estão os que acreditam que o politicamente correto implica em formas de restrição da liberdade de expressão. Esse argumento passa pela ideia de que o politicamente correto tudo “vigia”, como uma forma atualizada e internalizada de censura.

Luiz Eduardo Soares aponta que há, entre as elites brasileiras, um consenso de repulsa ao politicamente correto. Esse posicionamento, segundo o autor, desdobra-se em três interpretações principais, que vêem o politicamente correto como: a) forma de cerceamento do humor e da espontaneidade; b) expressão puritana, racionalista e autoritária, que pretende construir uma sociedade artificialmente uniforme; c) tentativa de normatizar comportamentos aceitos, anulando as diferenças (SOARES, 1998).

A partir dessas diferentes visões, o politicamente correto pode ser pensado à luz da ideia de “ofensa”, que, para J. M. Coetzee, está na raiz de todo ato de censura: para ele, não se ofendem apenas os que se encontram em uma situação de subordinação, mas também aqueles que têm receio de serem privados de alguma forma de poder (COETZEE, 2008).

Embora a proposta de Coetzee seja relevante para pensarmos as dinâmicas de poder e de ofensa envolvidas nos atos de fala e as restrições daí decorrentes, não pretendemos aqui afirmar que o politicamente correto consiste, conceitualmente falando, em uma “censura” institucional (ou em censura prévia, como sabemos que ela foi exercida em alguns períodos de nossa história).

Isso porque o politicamente correto remete antes a uma forma de “interdição”. Como colocado por Andrea Limberto Leite, a interdição está subsumida na própria inserção do humano na linguagem, correspondendo a um “constrangimento para falar”, um “processo de formação dos conteúdos, enquanto a censura é uma reação ativa, ou ainda, uma reação sobre tais conteúdos” (LEITE, 2012, p. 119).

Propomos, pois, considerar que o politicamente correto configura um verdadeiro “discurso”, aos moldes do conceito foucaultiano. É que o politicamente correto – assim como o discurso em Foucault – remete a regras e práticas que constroem representações sobre certos objetos e conceitos, definindo aquilo que se pode dizer sobre eles, em um momento histórico específico (FOUCAULT, 2008a).

Nesses termos, devemos considerar também a noção de “discurso circulante”, que foi proposta por Patrick Charaudeau e diz respeito a “uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (CHARAUDEAU, 2010: 118). Ao investigar os valores e consensos associados em nossa cultura ao politicamente correto,

estaremos indagando sobre os discursos circulantes na sociedade que dizem respeito à temática em foco.

Com base em tais considerações, propomos um gesto duplo de análise: de um lado, temos o estudo dos discursos *sobre* o politicamente correto (ou seja, dos valores e consensos sobre esse tema); de outro, o estudo do *próprio discurso* do politicamente correto, com suas regras de formação, condições de emergência e regulações.

Em consonância com essa proposta, adotamos, como teoria metodológica fundamental, as proposições de Foucault sobre a “arqueologia” do discurso. Nessa abordagem, as matérias jornalísticas devem ser tomadas como acontecimentos discursivos, como vestígios materiais que servem de base à “escavação” de plataformas culturais, saberes e regras sócio-históricas. Assim, a análise dos enunciados e formações discursivas pretende determinar os princípios segundo os quais emergiram os únicos conjuntos significantes que foram enunciados (FOUCAULT, 2008a, p. 135).

O que transforma um ato de fala em um enunciado é o que Foucault chama de “função enunciativa”: o fato de ele ser produzido por um sujeito em um lugar institucional e de acordo com regras sócio-históricas. A análise arqueológica se debruça, pois, sobre o “campo de exercício da função enunciativa”: suas regras de controle, suas condições de emergência, as relações estabelecidas com os sujeitos, com a história e com a própria materialidade do enunciado (GREGOLIN, 2006, p. 90).

Ao mesmo tempo, analisaremos o politicamente correto à luz das proposições de Foucault sobre os sistemas de controle dos discursos – ideias essas que ocupam o limiar entre discurso, agenciamento do saber e regulações do poder, isto é, os cruzamentos entre arqueologia do saber e genealogia do poder (GREGOLIN, 2006, p. 96). Trata-se de investigar, por esse viés, como o saber se atrela à realização de poder na sociedade.

Segundo Foucault, “em toda sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada e redistribuída” (2008b: 8) por meio de procedimentos que se caracterizam por mecanismos discursivos e que têm efeitos diversos, tais como a “exclusão” (procedimentos externos), a “sujeição” (procedimentos internos) e a “rarefação” (relativa à rarefação dos sujeitos que falam) (GREGOLIN, 2006, pp. 97-104).

Entre essas formas de controle, destacamos aquelas relativas à exclusão, que dizem respeito às constrictões impostas às palavras, com sua rasura ou circunscrição. Nesse âmbito,

insere-se a “palavra proibida” – ou seja, as palavras que não devem ser enunciadas –, que abarca, em relação ao nosso foco de atenção, o “tabu de objeto” (assunto sobre o qual não se fala) e o “ritual de circunstância” (condições sob as quais não se usam certas palavras) (FOUCAULT, 2008b). Com base em tais conceitos, podemos analisar se o politicamente correto estabelece restrições sobre a produção e veiculação de discursos nas mídias.

Nesse sentido, é relevante voltarmos à pergunta-chave desta pesquisa. Nela, como já vimos, questionamos se o politicamente correto pode consistir em uma forma capilarizada de cerceamento da liberdade de expressão. Para refletir sobre essa questão, podemos recorrer às proposições de Michel Foucault sobre a “capilarização” do poder. Essa ideia é trabalhada na fase de sua obra que propõe uma “genealogia do poder”, sobretudo nos livros *Vigiar e punir*, de 1975; *História da sexualidade I: A vontade de saber*; de 1978; e *Microfísica do poder*, de 1979 (FOUCAULT: 1987; 1988; 2001).

Para Foucault, o poder se exerce junto a todos os indivíduos, em diversas esferas da vida (inclusive da vida cotidiana), compondo uma malha capilar de “micropoderes”, que se reforçam por meio de práticas reiteradas. Nesta visão, o poder está presente nas dinâmicas diárias e concretas da vida, tendo como objeto de ação os corpos, comportamentos e condutas das pessoas.

O poder estabelece também mecanismos de controle e regulação da produção dos discursos. Nesse sentido, o poder possui um aspecto produtivo: ele produz realidade, fixa verdades, condiciona rituais de fala. Determina-se o que pode e o que não pode ser dito não (somente) pela proibição explícita, mas pela produção de regimes de verdade (FOUCAULT, 1987, p. 161). Com base nisso, podemos refletir sobre a relação entre o politicamente correto e formas capilarizadas de cerceamento da liberdade de expressão.

Ao final desta breve apresentação dos referenciais teóricos que nos orientam, propomos reunir conceitos relativos à “arqueologia do saber” e à “genealogia do poder”, conforme teorizadas por Foucault. Por essa abordagem, podemos investigar tanto o que se tem entendido por politicamente correto em nossa cultura, quanto as regulações que esse discurso instaura, sobretudo no caso da comunicação e das mídias.

Metodologia

Uma vez definido o objeto de pesquisa e delimitado nosso quadro teórico de referência, a próxima fase metodológica da pesquisa diz respeito à “observação”. As operações dessa fase – a amostragem e a coleta de dados – buscam reunir evidências capazes de reproduzir empiricamente os fenômenos em foco (LOPES, 2010, p. 142).

De modo a adequar-se aos propósitos do projeto aqui apresentado, às suas perspectivas teóricas e às perguntas que procuramos responder, a observação dos dados procura cobrir um recorte significativo no que concerne aos discursos sobre o politicamente correto no Brasil hoje, abrangendo um recorte temporal amplo e tendo como ponto de partida um jornal de grande circulação no país.

Assim, quanto à amostra adotada, a pesquisa baseia-se em textos publicados na versão impressa da *Folha de S. Paulo*, de 1988 e 2012, sobre o politicamente correto. Além de sua expressiva circulação², a escolha da *Folha* como foco de investigação se deve à tradição e à reconhecida influência desse veículo no debate público no Brasil.

A *Folha de S. Paulo* representa uma publicação com forte histórico de jornalismo comercial e cuja política editorial, sintetizada no *Projeto Folha*, apresenta características peculiares e que muito influenciaram a atual produção jornalística brasileira. Tais características abrangem aspectos gráficos, a ênfase no papel de “cão de guarda” da imprensa (como vigilante do poder), a autocrítica (*ombudsman*) e o estreitamento de laços com o mercado (AZENHA, 1991, p. 16).

O recorte temporal adotado na pesquisa, correspondente ao período pós-abertura democrática do país, de 1988 a 2012, justifica-se por abarcar um intervalo próximo à atualidade e amplo o bastante para comportar regularidades temáticas e discursivas. Além disso, trata-se de um período de grande interesse à investigação das rearticulações – após tantos anos de ditadura militar, repressão e censura – dos saberes e entendimentos presentes na sociedade brasileira sobre a liberdade de expressão e dos modos de supervisão e controle dos discursos nos âmbitos da comunicação e da cultura.

Quanto às técnicas de coleta, é importante observar que faremos emprego combinado de dados secundários (pesquisa bibliográfica) e dados primários (sobretudo matérias jornalísticas). O critério de seleção das matérias será o de que elas abordem a temática do

² Segundo dados de 2011 divulgados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), a *Folha de S. Paulo* é o segundo maior jornal diário do país em circulação, com uma tiragem diária de 286.398 exemplares por dia, ficando atrás somente do *Super Notícia*, de Belo Horizonte (293.572 exemplares).

politicamente correto, em suas variadas acepções. A localização dos textos será feita por meio do acervo digital do jornal na internet (<http://acervo.folha.com.br>). Em levantamentos prévios usando a palavra-chave “politicamente correto”, localizamos 1.153 textos publicados de 1988 a 2012 na *Folha de S. Paulo*.

Passaremos agora à questão da descrição do material empírico levantado. Nessa fase, que constitui a primeira etapa analítica da pesquisa, realizaremos uma “análise descritiva” dos dados com base em procedimentos de organização, crítica e classificação do material coletado (LOPES, 2010, p. 149). Assim, poderemos mapear e categorizar as matérias segundo gêneros jornalísticos e enfoques temáticos.

A partir do domínio e compreensão sobre os dados levantados, será possível identificar fatos significativos que serão foco do tratamento analítico e dos esforços interpretativos subsequentes (LOPES, 2010, p. 149). De modo correlato, cabe observar que fontes e entrevistas complementares poderão ser adotadas de modo a aprofundar as informações sobre o politicamente correto presentes nas matérias jornalísticas coletadas.

Isso porque, a partir das narrativas da imprensa, é possível identificar dados significativos a respeito da temática em foco, casos polêmicos envolvendo o politicamente correto, tendências no debate público sobre tal questão etc. Com base nisso, podemos realizar entrevistas com pessoas engajadas no debate sobre o politicamente correto ou envolvidas em episódios que receberam projeção na mídia, bem como consultar textos complementares publicados em outros veículos noticiosos.

A análise dos manuais de redação da *Folha de S. Paulo* editados no recorte temporal em foco também representa uma importante fonte complementar de investigação. Isso porque o manual de redação representa um norte para o tipo de texto e pauta da *Folha* e pode, inclusive, conter menções diretas ou pressupostas a formas de expressão politicamente corretas desejáveis na produção do jornal. Retomamos aqui a hipótese, já citada neste projeto, de que o discurso politicamente correto pode ter respaldo na preocupação por parte de empresas de comunicação em evitar processos judiciais e episódios polêmicos, adotando assim políticas e linguagens “mais neutras”.

Por fim, devemos reiterar que, na fase interpretativa do estudo, as matérias jornalísticas e os dados complementares levantados sobre o politicamente correto serão analisados discursivamente, conforme já enunciado, à luz da arqueologia do saber de Michel

Foucault (2012), tendo em vista as articulações saber/poder e os sistemas de controle da produção discursiva (GREGOLIN, 2006, pp. 96-97).

Considerações finais

Ao final deste artigo, devemos observar que a pesquisa que se coloca, enquanto proposta de trabalho, em nosso horizonte, possui, como objetivo e pano de fundo, a preocupação em refletir sobre a liberdade de expressão na atualidade, sobretudo no que diz respeito às suas áreas limítrofes e fronteiriças, considerando a complexidade que a Comunicação e as mídias adquirem na contemporaneidade.

Trata-se de reafirmar a importância do princípio de liberdade, sem deixar de avaliar os limites que se colocam à expressão de ideias em nossa sociedade em face de outras demandas igualmente democráticas, como as relacionadas à proteção da honra e da imagem e ao combate à discriminação.

Diz Patrick Charaudeau que “as mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia, o que talvez seja, paradoxalmente, uma necessidade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 20). No limite, é sobre essa relação complexa (e fundamental) entre mídias e democracia que esta pesquisa se debruça, localizando nos discursos em circulação o papel de fixar e cristalizar valores que norteiam nossa vida social.

Referências

ANJ. “Maiores jornais do Brasil”. São Paulo: ANJ (Associação Nacional de Jornais), s/d. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em 18 jan. 2013.

AZENHA, Luis Carlos. Apresentação. In: LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991, pp. 13-17.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

COETZEE, J. M. **Contra la censura: ensayos sobre la pasión por silenciar**. Barcelona: Debolsillo, 2008.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Censura em cena: teatro e censura no Brasil**. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

_____. Direitos humanos, cidadania e liberdade de expressão. **Comunicação & Educação** (v. 14, n. 2). São Paulo: ECA/USP, 2009, pp. 53-60.

FIORIN, José Juiz. A linguagem politicamente correta. **Linguagem - Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem**. São Carlos: UFSCAR, v. 1, pp. 1-4, 2008. Disponível em:

<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao01/artigos_alinguagempoliticallycorreta.htm>.

Acesso em 10 ago. 2013.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação** (13ª edição). São Paulo: Publifolha, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio: Forense Universitária, 2008a.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008b.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

GRUDA, Mateus Pranzetti Paul. Os discursos do politicamente correto e do humor politicamente incorreto na atualidade. **Anais do III Colóquio da pós-graduação em Letras**. Assis: III Colóquio da pós-graduação em Letras, 2011.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 123-132.

LEFORT, Claude. Claude Lefort ataca a crítica conformista. **Folha de S. Paulo**, 20 mar. 1994. Entrevista a Fernanda Scalzo. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_claude_lefort1.htm>. Acesso em 18 jan. 2013.

LEITE, Andrea Limberto. A mídia como terceiro elemento na relação de censura: o âmbito do subentendido, da polifonia e do segredo. In: COSTA, Cristina (Org.). **Seminários sobre censura: Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC/ECA/USP)**. São Paulo: Balão Editorial/Fapesp, 2012, pp. 115-132.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

PAGANOTTI, Ivan. A Discussão da Visibilidade e a Revisão da Censura na Esfera Pública. **Anais do II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2012. Disponível em: <http://www.ffmpeg.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/11-4_Ivan_Paganotti.pdf>. Acesso em 18 jan. 2013.

POSSENTI, Sírio. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. **Revista de Estudos da Linguagem** (v. 4, n. 2). Belo Horizonte: UFMG, 1995, pp. 123-140. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view>>

/1016>. Acesso em 18 jan. 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. Politicamente correto: o processo civilizador segue seu curso. In: PINTO, Paulo R.; MAGNO, Cristina; SANTOS, Ernesto P.; GUIMARÃES, Livia (Orgs.). **Filosofia analítica, pragmatismo e ciência**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, pp. 217-238.